



MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO

# Homens de exílio

*Vínculos do Fogo*, mais uma obra de Alberto Dines. Biografia de Antônio José da Silva, o Judeu? Não, mais que isso. História? E muito. Ficção? Às vezes, e com muita criatividade. Dicionário biográfico histórico? Se considerarmos todas as notas de rodapé que vão além do pé-da-página. Drama? Em cada história contada. Trama? Sempre e em todas as páginas.

Em *Vínculos do Fogo* Dines relembra o processo de aniquilação de individualidades, típico do aparelho de repressão sustentado pela Inquisição e por todos os sistemas totalitários. Nesta obra, Alberto Dines está em busca da *estética do Fato*, imune aos vícios da fantasia. Sua intenção é de desprender-se do fato em si, sem, entretanto, deixar-se envolver totalmente pela ficção histórica. Uma tentativa constante de procurar novos caminhos historiográficos, extraindo do documento a “emoção congelada pelo tempo” (Dines, p. 29).

Na maioria das vezes, Dines consegue. Em várias passagens, o autor penetra no íntimo de seu personagem-símbolo e descobre “choros chorados”, mágoas e medos irreparáveis. Emoção. Aliás, este é um traço comum ao conjunto das obras produzidas pelo autor, jornalista e historiador, arqueólogo da informação. Seriam tantas as interrogações geradas por *Vínculos do Fogo* que, para respondê-las, o autor teria que escrever outros tantos volumes. Acredito que não faltam temas inspiradores a Dines, cuja produção historiográfica já tem uma memória.

As biografias de homens ilustres sempre fascinaram Alberto Dines prestando-se à recriação de um universo maior e à construção do saber histórico. Eu diria que Dines é, também, um artesão. Em suas obras cruzamos a saga do jornalista com a persistência e a

**MARIA LUIZA TUCCI CARNEIRO** é professora do Departamento de História da FFLCH-USP e autora de *O Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia* (Brasiliense) e *O Anti-semitismo na Era Vargas: Fantasmas de uma Geração* (Brasiliense).

*Vínculos do Fogo: Antônio José da Silva, o Judeu, e outras Histórias da Inquisição em Portugal e Brasil*, de Alberto Dines, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

**ACIMA, POSSIVELMENTE PENITENCIADOS EM PORTUGAL, O PRIMEIRO É UM CONDENADO À MORTE; O SEGUNDO ESCAPOU DA PENA MÁXIMA; O ÚLTIMO CONFOSSOU E FOI ABSOLVIDO.**



sensibilidade do historiador nato. Mas, antes de nos envolvermos com *Vínculos do Fogo*, cabe aqui uma retrospectiva de suas principais obras com o objetivo de compreendermos a proposta temática e o enfoque dado a esta pesquisa de tantos anos.

Biografados por Dines: Stefan Zweig, em *Morte no Paraíso: a Tragédia de Stefan Zweig no País do Futuro* (Nova Fronteira, 1981); Isaac Abravanel, em *O Baú de Abravanel: uma Crônica de Sete Séculos até Sílvio Santos* (Companhia das Letras, 1990) e Antônio José da Silva, o Judeu, em *Vínculos do Fogo* (Companhia das Letras, 1992). Todos eles têm sua história de vida ligada ao Brasil: são “homens de exílio”, judeus perseguidos, filhos da intolerância através dos séculos.

Em cada uma destas vidas narradas, a *tragédia* faz contraponto com o tema da *morte*. É difícil pensar num “final feliz” quando se trata de investigar o *tempo inquisitorial* ou o *tempo nazista*. Tempo de Stefan Zweig é tempo de Hitler, de Getúlio Vargas, de totalitarismo, de autoritarismo, do racismo moderno. Tempos de Antônio José da Silva ou Isaac Abravanel nos remetem ao tempo do Santo Ofício, do Estado absolutista, do anti-semitismo. Em qualquer um destes tempos persistem - com diferentes intensidades, nuances e pretextos - a violência, a corrupção, o abuso de poder, a ganância.

Em *Morte no Paraíso*, Dines consegue extrapolar a idéia do *absurdo da tragédia* reconstituindo muito mais que a vida e o perfil de Stefan Zweig, um homem apaixonado pelo nosso “paraíso tropical”. Nas três obras - *Morte no Paraíso*, *Baú de Abravanel* e *Vínculos do Fogo* - Dines recompõe, a partir da reconstituição de muitas vidas, paixões e dramas de épocas distintas (Idade Média, Moderna e Contemporânea), mas identificadas entre si pela persistência das manifestações de anti-semitismo, do terror, do medo e do desrespeito aos direitos humanos.

A Casa dos Abravanel e, em especial, Isaac Abravanel - um dos pilares da crônica *O Baú de Abravanel* - é assunto polêmico e controvertido em referenciadas obras da historiografia estrangeira dentre as quais cabe lembrar *Don Isaac Abravanel*, de Bentsion Netanyahu (1982), *História dos Judeus em Portugal*, de Meyer Kayserling (1971) e *História de los Judios en la España Cristiana*, de Ytzhak Baer (1981).

Abrir *O Baú de Abravanel* ou desatar os *Vínculos do Fogo* é como abrir velhos baús de família, no bom sentido da palavra: verdadeira “caixa de pandora”. Tudo parece mágico, fascinante e, ao mesmo tempo, aterrorizante, preocupante. As histórias contidas em cada uma das caixas - seja a dos Silva, dos Abravanel ou dos Zweig - envolvem pessoas e instituições, silêncios e lembranças, tristezas e alegrias, anjos e diabos. Um baú nem sempre oferece felicidade.

De *O Baú de Abravanel* emerge um mundo fantástico de filósofos, cortesãos, financistas, poetas e profetas, cujas trajetórias de vida entrecruzam-se numa trama de fatos expressivos da história do mundo ocidental e do povo judeu em particular, trazendo à tona a sina da família Abravanel. Esta crônica histórica que cobre o período de sete séculos até Sílvio Santos é muito mais que uma hipótese de genealogia: é expressão da intolerância e do fanatismo religioso que, em nome do unitarismo político e da preservação da “Santa Fé Católica”, tomaram conta dos impérios português e espanhol que, do século XV ao XIX, perseguiram todo aquele que, por acaso ou destino, insistia em “ser judeu”.

Ao perseguir as trilhas de exílios dourados, textos de éditos de expulsão, lamentos por um filho desaparecido e diálogos de amor, Dines recupera, por entre a cruz e a espada, uma história “tão contorcionista quanto as serpentes”. De seu texto, às vezes sutil mas sábio, retiramos uma mensagem: “que não é fácil ser judeu” e que “para algumas coisas serve ser cristão” (Dines, p. 27).

Basicamente, as três obras escritas por Alberto Dines têm como marca registrada a linha mestra do raciocínio histórico construído a partir de alguns *personagens-chave* que, quando não foram financistas, destacaram-se como intelectuais judeus. Alguns conseguiram brilhar junto às esferas do poder, recebidos com pompas e honrarias. D. Judá, tesoureiro de Sancho IV e Fernando IV, foi funcionário de alto escalão e o primeiro da família Abravanel a galgar os degraus da corte como “amigo do rei”.

Stefan Zweig, personagem de *Morte no Paraíso*, escolheu por conta própria o momento de sua morte suicidando-se na elegante Petrópolis de 1942. Não precisou deslumbrar o fogo dos autos-de-fé, mesmo porque estes já eram lembranças do passa-



do. Ou melhor, mudaram de nome, aperfeiçoados pelos avanços da moderna ciência e da arrojada tecnologia alemã que substituiu fogueiras por câmaras de gás. Pressentindo a matança maior de judeus - o Holocausto - Zweig antecipou-se aos novos carrascos.

Mas Zweig chegou a ser hóspede do governo do Brasil - posteriormente sua terra de exílio - em 1936, quando foi recebido oficialmente por Getúlio Vargas e homenageado pela diplomacia do Palácio do Itamaraty. Nesta mesma época, o governo brasileiro extraditava, para a Alemanha, Olga Benário, mulher de Luis Carlos Prestes, por ser "judia comunista". Nos anos 40, ironicamente, o Itamaraty mantinha circulares secretas impedindo a entrada de judeus imigrantes, rotulados de "indesejáveis". Para cada tempo um tipo de herege e um tribunal especial.

Os tempos de Antônio José da Silva também foram marcados pela tragédia e pela morte. Só que o marrano brasileiro executado pela Inquisição portuguesa em 18 de outubro de 1739 não chegou a frequentar os círculos do poder, nem ser homenageado pela coroa portuguesa. Silva, cristão-novo, advogado, natural da cidade do Rio de Janeiro e morador da Lisboa Ocidental, foi autor de comédias teatrais (*Guerras do Alecrim e da Manjerona, Variedades de Proteu e Maresia e Caranguejo*) encenadas no Teatro do Bairro Alto.

O momento em que chegou mais próximo das cortes, da pompa e do luxo, foi no dia da realização do auto-de-fé em que, como herege, foi queimado por "crime de heresia e apostasia". Para assistir ao espetáculo estavam presentes El Rei D. João V, abusando de seus trajes deslumbrantes e diamantes, acompanhado do herdeiro D. José, príncipe do Brasil, e outros tantos fidalgos, limpos de sangue. Auto-de-fé era teatro para a aristocracia.

É rastreando a trajetória de vida da família Silva - com todas suas tramas e vínculos - que Dines retoma a *saga do judeu*, partindo da trajetória pessoal com o objetivo de entender a coletiva. Dos rascunhos da História do Brasil e da Península Ibérica, o autor dá nomes aos anônimos brasileiros penitenciados em autos-de-fé, públicos e privados, na Inquisição de Lisboa entre agosto de 1700 e outubro de 1723. Gente triste, intitula o autor (Dines, pp. 31, 916 e segs.).

*Vínculos do Fogo* é, antes de mais nada, a memória do terror, do medo, da hipocrisia e da violência, expostos em 1.053 páginas. Exagero para o leitor leigo que não consegue consumir tantas genealogias, diálogos e destinos. Mas pouco para explicar a irracionalidade do "Santo Tribunal" ou sintetizar, em histórias de vidas, a intolerância que marcou os tempos da modernidade.

Dines, fundamentado na mais específica documentação dos tempos inquisitoriais, consegue demonstrar que os auto-de-fé, com todas as pompas e luxos, são a "consagração das certezas absolutas" (Dines, p. 49). Os tempos de Antônio José não permitiam dúvidas nem meias-palavras: "Cristo ou Moisés? Cristão ou Judeu?"

Quem sou eu, afinal? Cristão-novo, cristão-velho, um quarto judeu ou meio-cristão? Puro ou impuro de sangue?

Através do infindável desvendar da trama dos antepassados de Antônio José e dos seus "companheiros de heresia", Dines nos conduz dos antigos engenhos de açúcar do Rio de Janeiro para os murmurinhos da já velha Lisboa setecentista. Mas a que nos leva toda a teatralidade exposta em *Vínculos do Fogo*?

Leva-nos, primeira instância, a repensar a questão da ancestralidade que, nos tempos modernos, colaborou para a cristalização de uma realidade, na maioria das vezes, cruel. Ser descendente de cristãos convictos transformou-se a partir do século XV em obsessão. A concepção dos "bem" e dos "mal" nascidos vai muito aquém de descomprometidos critérios morais e culturais, alimentados pelo peso da tradição. Envolve, tanto ao nível das idéias quanto da práxis, fundamentos racistas justificados a partir dos conceitos de limpeza e impureza de sangue. Antônio José da Silva, por tradição, era judeu, portanto um infamado.

Herdar bons ancestrais descendendo, concomitantemente, de uma raça pura e de uma família de estirpe, ia muito além do emaranhado de uma árvore genealógica, teia de privilégios e interesses. Comprovar, perante o Tribunal do Santo Ofício, que ele (o réu) tinha bons ancestrais sem qualquer "mancha de sangue infecto" embutia - além de expressar boa reputação, dignidade e virtude - a prática da segregação racial e social.

O caráter hereditário é uma das concep-



ções adotadas por todos aqueles que manifestam atitudes racistas, ou seja: quando se considera os filhos segundo o que foram os pais, acreditando que os mais novos são capazes de praticar o que os mais velhos praticaram. Reafirmamos que a *ausência de raciocínio* é uma das características da mentalidade racista que, por um lado, identifica o inimigo com o mal, independente de conhecê-lo ou não, passando a considerá-lo como responsável pelos vícios, doenças e problemas sociais. Portanto, o “mal nascido” ou de “raça infecta” se transforma numa *anomalia social*, razão pela qual deve ser extinguido. Assim foram tratados os cristãos-novos que habitavam Portugal e suas colônias; da mesma forma que, sob o prisma da ciência moderna, os judeus alemães no século XX foram considerados como apátridas, ex-cidadãos do III Reich.

O drama de Antônio José como de tantos outros Silvas “transformados em pó” pelo fogo inquisitorial - cerimônia simbólica da purificação da sociedade - está contido numa única pergunta que, há muito tempo, deveria intrigar o nosso dramaturgo herege: “Afinal, quem sou eu?”

Herege como tantos outros; filho, neto e bisneto de hereges judaizantes.

Dines insiste, também, por este outro ângulo: o da *Inquisição como máquina de despersonalização*. O estilo sustentado pelo Santo Ofício (censura, tortura e segredo) suprimia a capacidade do indivíduo de escolher e construir sua identidade, de acordo com suas vontades, vocações e tradições.

Dramaturgo reconhecido? Preso e queimado por causa do conteúdo de suas sátiras sociais? Não. Tanto é que o próprio cardeal D. Nuno da Cunha de Ataíde e Melo, o mesmo que o mandou para a fogueira, foi quem autorizou a publicar a edição *princeps* (2 vol.) do teatro completo do “Doutor Judeu” - apelido de Antônio José nas rodas forenses - em 1744. Entretanto, sua trajetória editorial foi, por mais de um século, anônima (Pereira, p. 613): “As óperas de sua lavra, embora apreciadas, encenam-se e são impressas sem menção de autoria” (Dines, p. 43).

Segundo Paulo Pereira, estudioso da obra dramática de Antônio José, este teria passado despercebido como escritor de prestígio no seu tempo e morto exclusivamente por práticas judaizantes (Pereira, p. 613).

Isto nos leva a recordar uma passagem dos dramas de Calderón onde heróis evocam sua honra com uma frase típica: “*Soy quien soy*”. Ser alguém nos tempos inquisitoriais em Portugal ou na colônia Brasil significava muito mais do que a expressão desta frase que, por sua vez, implicava em normas de conduta e valores de um indivíduo *diante de si mesmo* e *diante da sociedade* (Peristiany, p. 22).

Dizer-se descendente de X ou de Y denota uma afirmação de direitos e deveres, através dos quais os indivíduos reivindicam *status*, privilégios e recursos. A aquisição de direitos decorrentes da alegação de ancestralidade implica também a aquisição de um certo tratamento metamorfoseado em recompensa e castigo, aprovação ou desaprovação (*Dicionário de Ciências Sociais*, p. 324).

Antônio José da Silva era filho de Lourença Coutinha, cristã-nova, penitenciada pela terceira vez pelo Santo Ofício. Esta já havia saído no auto-de-fé de 1713, ao lado de João Mendes da Silva (pai de Antônio José) e outros 74 cristãos-novos do Rio de Janeiro, todos aparentados (Dines, pp. 46-7).

Miguel Cardoso, bisavô de Antônio José, vivia no Rio de Janeiro e, em 1658, estava em plena atividade como judaizante quando foi denunciado. Foi o primeiro da família a ser castigado pelo Santo Ofício. Cinquenta anos depois, teve seus dois filhos (Salvador e Pe. Bento) “arrebanhados pelo tribunal”; além da sobrinha Ana da Costa seguida da avó Brites Cardoso. Temos ainda seus dois irmãos, onze tios maternos e seis paternos, primos e primas, etc. A família de Antônio José consta como a que “mais vítimas ofereceu ao Santo Ofício” (Dines, pp. 83 e 255).

Os “desonrados” - seja pela raça ou pela origem social - transformavam-se em personagens “infames”, estigmatizados em arquétipos do explorador, usurário, bandido, vagabundo, parasita, herege, apóstata, feiticeiro, etc. A reincidência no “erro” reforçava o estigma de indesejável, impuro.

A invocação da linhagem, da honra, do sangue puro sem mácula do sangue judeu, mouro ou negro, é secular. Dos tempos de Abravanel e Antônio José da Silva aos tempos de Stefan Zweig, o anti-semitismo assumiu diferentes nuances dependendo da ide-





ologia que lhe dá sustentação. Valores medievais cruzaram épocas impondo regras de conduta que, por si só, não foram suficientes para garantir aos indivíduos honra e honestidade. Além das comprovações de sua linhagem e da sua "raça", o indivíduo devia ainda cuidar do nível de suas relações, pois o matrimônio com um anônimo ou estigmatizado (cristão-novo, por exemplo) poderia vir a comprometer o nome de seus descendentes. Como diz o ditado popular: "Diga-me com quem andas e eu te direi quem és!"

Vínculos de matrimônio, laços de família e amizade ligavam os cristãos-novos residentes no Brasil àqueles de Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e sul da Itália. Homens de exílio. Como muito bem refletiu Dines:

"Desgraçados marranos, tão aconchegados e agarrados uns nos outros que seus processos, se colados fossem, poderiam ser enrolados como a Toura! Deve-

ria existir maneira de escrever a vida de algum judeu isolado, sem que, de cambalhada, irrompa uma chusma deles" (Dines, p. 299).

Mas assim funcionava a máquina inquisitorial: como se fosse uma "fábrica de produzir judeus". Em várias passagens de *Vínculos do Fogo*, Dines insiste nessa idéia, comprovada no decorrer de suas narrativas e notas explicativas. O grande número de denúncias e confissões (espontâneas ou sob tortura) implicadas em um único processo inquisitorial leva-nos a repensar o acervo documental como um todo, relegando para um segundo plano o diálogo entre duas traças "intelectualizadas" imaginado pelo autor. Para nós historiadores vale o conteúdo e as fontes que subsistiram ao tempo e à voracidade daquelas larvas de lepidópteros ("Diálogo das Traças", Dines, p. 135).

Uma outra questão vem à tona: a da "construção da teoria do malefício". Cenas

**O ROSSIO NO SEC. XVI, COM O HOSPITAL DE TODOS OS SANTOS À DIREITA; AO CENTRO, O PAÇO DA INQUISIÇÃO, E AO FUNDO, O CONVENTO DA ANUNCIADA.**



reconstituídas (algumas imaginadas como tal) por Dines e analisadas em outras obras de autores especializados no tema da Inquisição (Novinsky, Saraiva, Kamen, Alcalá, dentre tantos outros) nos levam a acreditar que interesses econômicos (confisco de bens) e sociais (manutenção do *status quo*) direcionaram o discurso inquisitorial. Mas constatamos que homens simples (sapateiros, alfaiates e escreventes) também desfilaram no mesmo auto em que saiu relaxado o autor de comédias.

Contrapondo conceitos positivos (o Bem) aos negativos (o Mal), o Santo Ofício construiu a “teoria do malefício”, na qual o cristão-novo ocupou um espaço significativo, peça-chave para a compreensão deste universo social. A idéia de acusação aparece ligada ao conceito de “purificação social” ou “depuração social” (Balandier, p. 43), permitindo-nos identificar um sistema de repressão especificamente montado com o objetivo de justificar a existência daquela instituição que - em nome da Fé, da Misericórdia e da Justiça - levava para os cárceres e para a fogueira os acusados de heresia, feitiçaria, bigamia, sodomia, apostasia, etc.

A documentação analisada por Dines em torno da trajetória de vida da família de Antônio José, de Manuel da Nóbrega, de Miguel Teles da Costa, do Pe. Vieira, de Manuel Lopes de Carvalho, Branca Dias e de tantos outros comprova-nos que o Santo Ofício colaborou para formular um mundo onde os *desvios* e a *livre-crítica* não tinham lugar. A ordem imposta deveria ser mantida e os “elementos heréticos” e “diabólicos” que colocavam em perigo a sociedade daquele tempo deveriam ser eliminados. Mas condenar apenas não adiantava: era preciso queimar, transformando o Mal em cinzas e os descendentes dos condenados em *párias*.

Esta é uma das preocupações de Alberto Dines em *Vínculos do Fogo*. A de descrever, de forma detalhada, os preparativos e a encenação dos autos-de-fé como espetáculo de massa. A queima pelo fogo restabelecia a idéia de uma sociedade purificada, inocentando os “homens da inquisição”, responsáveis pelo estabelecimento da ordem; enquanto que o culpado era acusado pela situação de crise, pestes, doenças e miséria social.

O fogo era imprescindível nestas encenações públicas de combate às heresias. De

*fenômeno natural* o fogo transformava-se em *elemento-símbolo da purificação*, ligado à idéia de desobediência a Deus (pecado) e à idéia de Inferno. O mesmo fogo - símbolo do Bem - brilhava no Paraíso; mas ardia também no Inferno, para onde os seres diabólicos deveriam retornar (Bachelard, p. 21). Nos autos-de-fé inquisitoriais, o fogo emergia sobrecarregado de uma “tara” específica, hipnotizando e extrapolando o sentimento da idolatria. Durante o “espetáculo” não se venerava o fogo, pois ele castigava recuperando a idéia de Juízo Final (M. L. T. Carneiro, p. 28).

Ser queimado vivo ou garroteado implicava um longo trajeto de humilhação e de exposição pública do pecado que tinha início com a procissão do auto-de-fé, momento em que a Inquisição não guardava mais segredo. E o “pecador”, lentamente, caminhava para o queimado, local onde seria, também, destruído lentamente. Como muito bem nos lembra Canetti:

“Qualquer coisa que a Igreja mostre é sempre mostrada lentamente. As procissões são um exemplo impressionante. Elas devem ser vistas pelo maior número de pessoas... E era nesta procissão que cada qual desfilava paramentado conforme sua dignidade” (Canetti, p. 172).

Dines reconstituiu a perda da dignidade dos seus múltiplos personagens, fato que implicava em assumir publicamente a infâmia, sinal de desaprovação que privava o culpado e seus descendentes da “confiança que a sociedade tinha nele...”. Perdia aqui a oportunidade de ser um homem de bem. O suplício tinha sua continuidade no ato de vestir a samarra ou o sambenito (traje da infâmia) onde gravuras de chamas e diabinhos antecipavam a sentença, configurando a idéia de Inferno e alimentando a curto prazo o mito do herege.

Através do simbolismo do “fogo revoltado” que diferenciava os hábitos daqueles que, relaxados, confessavam suas culpas, o fogo mais uma vez castigava, mas não queimava. Apenas trazia a público a extensão do pecado. Para os cristãos-novos que declaravam o desejo de morrer na lei de Moisés, a pena era mais cruel: o fogo deveria consumi-los vivos, ampliando desta forma os sofrimentos físicos. Não é sem razão que, em vários

momentos de seu texto, Dines insiste na pergunta: "Cristo ou Moisés? Cristo ou Moisés?"

Durante a leitura nos envolvemos com cada um dos personagens recriados pelo autor Dines que, num tom jornalístico, extrapola a rigidez da pesquisa acadêmica:

"Os abjurantes do pecado de judaísmo são reconhecidos pela fantasia de herege, o sambenito. Bata tosca e ridícula, cores berrantes, aberração. Castigo indolor, não deixa cicatrizes, mas fere fundo quando a malta põe-se a gargalhar. Os sambenitados usam o traje-veste sobre as vestes cotidianas, que devem ser as melhores do guarda-roupa dos condenados..." (Dines, p. 69).

Tudo é símbolo neste "teatro da cruz". Sambenito comum para os menos perigosos; sambenito com labaredas pintadas de cabeça para baixo (os *afogueados*) caso o réu se retratasse, confessando e se arrependendo de seus pecados; e labaredas para cima para os "infames", sem apelação à pena capital. O fogo mais uma vez castigava, mesmo que simbolicamente.

As descrições de queima de hereges recuperadas por Dines levam-nos a uma visão apocalíptica do auto-de-fé. Lembramos, de acordo com Bachelard, que toda cena do fogo hipnotiza. A montagem teatral arquitetada pela máquina inquisitorial alimentava, junto ao povo, um comportamento tipi-

camente paranóico: medo e êxtase misturavam-se ao calor emitido pelas brasas avermelhadas. Configurava-se o respeito pelo fogo-vivo, destruidor, purificador. Este teatro não precisa de efeitos especiais (Bachelard, p. 33).

Mas a *memória da infâmia* (alimentada pelo uso dos sambenitos, das listas de fintas, das árvores genealógicas e da distinção cristãos-novos/cristãos-velhos) não impediu a *sobrevivência da tradição judaica*. Este é outro viés explorado por Dines: o papel dos "homens letrados", ensinadores da doutrina, e das mulheres marranas que, embora iletradas, eram as "responsáveis pela manutenção e transmissão das crenças e práticas mosaicas" (Dines, pp. 420-1, 583).

O próprio Antônio José confessou aos inquisidores, em 1721, que fora persuadido por sua tia de que "para salvar-se, devia seguir a lei de Moisés e fazer jejum no *Dia Grande*, ficando desde a noite desse dia até o dia seguinte sem comer nem beber coisa alguma" (I. B. Vianna, p. 625).

Enfim, esta obra de Alberto Dines é, no bom sentido, um "livro aberto" centrado numa só vida: a de Antônio José da Silva, o "Doutor Judeu", cuja trajetória nos leva a múltiplas vidas e a múltiplas imagens interligadas entre si pelos vínculos do fogo inquisitorial. Cabe ao leitor, isto sim, escolher o que lhe convém: "descarta palavras, aguça a prosa, salta excessos, nos calhamaços localiza a palpitação. O leitor é o artífice do livro" (Dines, p. 733).

## BIBLIOGRAFIA

- BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília, EUB, 1982.
- BACHELARD, G. *A Psicanálise do Fogo*. Trad. M. Isabel Braga. Lisboa, Estudos Cor, 1972.
- CANETTI, E. *Massa e Poder*. Trad. Rodolfo Krestan. Brasília, EUB/Melhoramentos, 1983.
- CARNEIRO, M. L. T. "O Fogo e os Rituais de Purificação: a Teoria do Malefício", in *Resgate Revista de Cultura*. Campinas, Papirus, 1991, pp. 27-32.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coord. Benedicto Silva. Rio de Janeiro, FGV/MEC, 1986.
- DINES, A. *Morte no Paraíso: a Tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O Baú de Abravanel: uma Crônica de Sete Séculos até Sílvia Santos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Vínculos do Fogo: Antônio José da Silva, o Judeu, e outras Histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- PEREIRA, P. "O Riso Libertador em Antônio José da Silva, o Judeu", in *Inquisição: Ensaios sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. Coord. A. Novinsky e M. L. Tucci Carneiro. São Paulo, Edusp/Expressão e Cultura, 1992, pp. 608-20.
- PERISTANY, J. C. *El Concepto del Honor en la Sociedad Mediterránea*. Barcelona, Editorial Labor, 1968.
- VIANNA, I. B. "Antônio José da Silva, o Judeu, e as obras do *Diabinho da Mão Furada*", in *Inquisição: Ensaios sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. Coord. A. Novinsky e M. L. Tucci Carneiro. São Paulo, Edusp/Expressão e Cultura, 1992, pp. 621-37.